

ATA III REUNIÃO ORDINÁRIA 2021

Diego Hernandez (DLNFF) recorda que houve várias tentativas de criar a UC marinha e espera que a atual proposta tenha êxito; explica que criar um território protegido por lei é um mecanismo de comando e controle para promover conservação do meio ambiente, e que há ainda mecanismos voltados à ordem econômica, como ecoturismo; fala que o desequilíbrio ambiental estimula a criação de UC e que as áreas costeiras, por serem mais povoadas, requerem instrumentos mais potentes de conservação; conta que o projeto do entorno marinho do PEIA integra uma agenda que possui objetivos de desenvolvimento sustentável que envolvem conservação marinha e criação de UC no contexto da Década dos Oceanos, e que na atual década há um foco em produzir ciência aplicada à conservação; explana que uma UC de uso sustentável permite uso ordenado dos recursos naturais e que UC de proteção integral proíbe esse uso, mas permite turismo sustentável e pesquisa científica, e que por essa razão o entorno marinho do PEIA encaixa na categoria parque; detalha que no Brasil existem cerca de 490 parques, dos quais 46 protegem áreas marinhas e 8 são exclusivamente marinhos, e que desses, 224 são parques estaduais, dos quais 24 protegem áreas marinhas e 5 são exclusivamente marinhos; aponta o Parque Estadual Marinho da Laje de Santos como o único parque exclusivamente marinho em SP e um santuário para aves migratórias, peixes e cetáceos e que atrai mergulhadores, cuja proteção contra caça e pesca irregular ficou dificultada pelas restrições durante a pandemia; acredita que criar a UC marinha vai trazer infraestrutura para sanar a pesca irregular e trazer oportunidade para operadoras de mergulho, e assinala a necessidade de construir com o conselho e parceiros as oportunidades e regras para atingir os objetivos de conservação. Priscila Saviolo (gestora PEIA) explica que no PEIA existe a zona intangível, maior, pouco ocupada e voltada para fiscalização e pesquisa, a zona de recuperação onde ocorrem os projetos de reflorestamento, a zona de uso extensivo, com trilhas e praias com visitação sob regras específicas, e a zona de uso intensivo, onde há a maior parte da visitação, que antes da pandemia era de cerca de 45 mil visitantes/ano; comenta que o investimento de cerca de R\$ 14 milhões obtido na Câmara de Compensação Ambiental (CCA) em 2018 contribuiu para melhorar a efetividade dos programas de gestão do PEIA e promover melhorias em trilhas, áreas de banho, sistemas de saneamento, água e energia, edificações, materiais e equipamentos e sinalização; explicita que a criação da UC marinha não alterará o polígono de interdição de pesca, não aumentará as restrições que já existem, manterá o uso do local para abrigo, fundeio e tráfego de embarcações, mergulho, turismo náutico, atividades recreativas e educativas e salvaguarda humana, e permitirá regulamentar melhor o entorno do PEIA para melhorar os serviços ecossistêmicos e a qualidade da visitação, e recorda que o ordenamento do Aquário Natural do PEIA qualificou a visita a esse atrativo conforme os relatos dos visitantes; explica que a área prevista para a UC marinha é sobreposta por APAMLN, ESEC Tupinambás e GERCO, soma 1713 hectares e 20 km de perímetro e acarreta em aumento de 0,15% de área de proteção integral e de 0% de área de exclusão de

pesca; assinala que dados observacionais e de pesquisa mostram que o entorno marinho do PEIA possui alta concentração de ovos, larvas e juvenis, que contribui para manter o estoque pesqueiro em áreas próximas; destaca a presença de 5 espécies de quelônios, com hipótese da Fundação Pró-Tamar sobre a existência de uma população residente de tartaruga de pente, 5 espécies de cetáceos, como a toninha, 200 espécies de peixes ósseos, com 10 delas ameaçadas, como a garoupa, e 22 espécies de peixes elasmobrânquios, com 9 delas ameaçadas.

Marcio José (APAMLN) conta que o ordenamento da ilha das Couves veio por portaria da FF após grande mobilização e participação de todos os envolvidos e resultou em benefícios fotográficos, diminuição dos impactos, organização do trade turístico e das comunidades, valorização do local e vinda de um público que vai à ilha para contemplá-la; frisa a importância de garantir a todos o direito de visitá-la e a compatibilização de usos da visitação pública à ilha, com a conservação em primeiro lugar; acrescenta que já será o terceiro ano de ordenamento, com 3 portarias editadas através de um grupo de gestão com representantes de todos os setores e que pode ser aplicado em outros locais. Priscila Saviolo (gestora PEIA) considera que hoje, mesmo com todo o empenho da equipe, não se consegue suprir as necessidades de proteção e fiscalização do entorno marinho do PEIA, mas que a criação da UC marinha vai potencializar esses programas e aprimorar o manejo do coral sol e pesquisa. Rodrigo Victor (FF) pontua que a criação da UC marinha trará mecanismos de gestão para compatibilizar usos, trabalhar com eventuais conflitos e ter acesso mais facilitado a recursos como a CCA, além da perspectiva de conhecimento técnico da FF. Marcio José (APAMLN) fala sobre os recursos advindos dos pagamentos por serviços ambientais (PSA), que são focados na parte terrestre, mas há uma proposta de PSA para incentivar pescadores a trazer o resíduo do mar, explica que esse projeto tem várias fases e que na primeira serão contemplados alguns municípios e recorda que o ordenamento do PEIA veio por uma condicionante da APAMLN. Priscila Saviolo (gestora PEIA) pontua que os relatórios do estudo sobre o entorno marinho do PEIA estão em fase final e indicam que ele pode se enquadrar na categoria parque, e que está sendo apresentado um resumo desse estudo; frisa a necessidade de apontar instituições para realizar reuniões setoriais e mostra a linha do tempo dessa temática: criação do PEIA (1977) e do polígono de interdição de pesca (1983), proposta da ACIA sobre o tema dentro do CC-PEIA (1997), diagnóstico do Plano de Manejo da APAMLN indicando atenção a essa área (2017), apontamentos no CC-PEIA sobre a importância da questão para sanar problemas da visitação nas praias do Sul e Leste, ida da proposição ao CONSEMA e início das tratativas da FF sobre o projeto (2018), conversa com pesquisadores e parceiros para fazer um estudo (2020), previsão de criação da UC marinha (2021). Rodrigo Victor (FF) acrescenta que o estudo técnico possui base em anos de pesquisas acumuladas no PEIA; detalha o rito de comunicação externa: apresentação da proposta a alguns setores e ao CC-PEIA (junho/2021), reuniões com Poder Público e setores envolvidos (julho/2021 a agosto/2021), previsão de publicação do relatório técnico no site da FF (julho/2021) e de audiência pública (agosto/2021), período para apontamentos, publicação do resumo da proposta no

Diário Oficial, novo período para apontamentos e ida da proposta ao CONSEMA para aprovação (setembro/2021), e decreto de criação da UC; ressalta que o ambiente virtual permite fazer mais reuniões e que haverá reuniões presenciais conforme o Plano SP com públicos sem acesso à videoconferência para que ninguém seja excluído e para chegar à audiência pública sem grandes questões pendentes; cita outras formas de comunicação como e-mail e redes sociais e não vê prejuízo em estender os debates após a audiência pública até a apreciação pelo CONSEMA; relata que se examina nomes para a UC marinha e que a governabilidade da FF no processo inclui estudos técnicos, debates com a sociedade e encaminhamento às instâncias pertinentes, e que cabe ao governo do Estado o decreto de criação da UC. Leandro Caetano (GLNFF) lembra que desde a proposta pela ACIA em 1997 houve muitas idas e vindas e agradece a todas as pessoas que contribuíram. Geraldo Ottoni (ICMBIO) conta que apenas a União podia criar parque marinho, mas agora se pretende corrigir isso; menciona que a criação da UC marinha não vai afetar a ninguém e vai facilitar a gestão dessa área que é um ponto fraco no arquipélago; fala que acompanha questão desde que veio para Ubatuba e se diz feliz com a proposta, agradece à gestora do PEIA pela gestão primorosa e a todos os envolvidos e coloca o ICMBIO à disposição para ajudar, e questiona se a sobreposição da UC marinha com a ESEC Tupinambás vai causar dificuldade para conseguir licença para pesquisa. Priscila Saviolo (gestora PEIA) também se diz feliz com as colocações e com o avanço da pauta pela gestão do PEIA. Rodrigo Victor (FF) explana que o polígono de interdição de pesca serve de base para o estudo técnico que vai definir o polígono da UC marinha e ressalta que a sobreposição entre FF e ICMBIO precisa ser discutida porque pode causar confusão e burocracia excessiva, mas traz complementaridade à fiscalização. Berenice Gomes (Fundação Pró-Tamar) pontua que para a Fundação Pró-Tamar essa pauta sempre fez sentido porque trará apoio para pesquisa e gestão; denota a importância de conversar exaustivamente para chegar à audiência pública com tudo pacificado; considera necessário conversar com o setor de pesca para explicitar o entendimento de que nada muda e que o entorno do PEIA contribui para a pesca artesanal por meio da dispersão de ovos e larvas; fala para conversar com o trade turístico porque tem muito mais charme dizer que Ubatuba tem UC marinha do que dizer que tem um polígono de interdição de pesca; pontua que o atual momento é estranho, em que não se precisa de audiência pública ou autorização para destruir tudo e alterar leis, entende que a ideia é criar outra UC e pergunta se não seria melhor apenas expandir o PEIA. Rodrigo Victor (FF) responde que expansão ou criação de uma nova UC são plausíveis, mas que a equipe técnica da FF é a favor de criar uma nova UC para ter mais apelo no contexto da Década do Oceano e de outros movimentos políticos e para dar ela uma identidade forte. Diego Hernandez (DLNFF) acrescenta que FF discute bastante sobre expansão ou criação e que os ritos procedimentais para ambas são semelhantes, mas que o rito de criação é bem conhecido e está sendo aperfeiçoado. Geraldo Ottoni (ICMBIO) pergunta como vai ser a gestão e Berenice Gomes (Fundação Pró-Tamar) questiona como a UC marinha entra no contexto da permissão de uso. Diego Hernandez (DLNFF)

responde a Geraldo Ottoni (ICMBIO) que haveria um conselho específico no caso da criação da UC marinha, enquanto que permaneceria o CC-PEIA no caso da ampliação, e que nesse ponto será resolvida a questão da sobreposição das UC, e ressalta que sobreposição no mapa não significa sobreposição em regra; responde a Berenice Gomes (Fundação Pró-Tamar) que criar uma nova UC de proteção integral é mais importante dentro do ambiente político e institucional atual, e que a permissão de uso é apenas para o uso público do PEIA e não está sob influência do projeto de criação da UC marinha, embora permita dedicar mais tempo a projetos de conservação e proteção da biodiversidade, como os de restauração florestal em andamento no PEIA e a ideia de restauração de recifes com remoção do coral sol no futuro. Berenice Gomes (Fundação Pró-Tamar) coloca que, independente de expansão ou criação, a Fundação Pró-Tamar vai colaborar em tudo o que for possível. Priscila Saviolo (gestora PEIA) fala que Claudio Gonçalves (CEBIMAR) perguntou se a apresentação será disponibilizada e responde que isso é feito de praxe. Gabriela Lourenço (monitora PEIA) comunica que Lucas Navarro (AMESP) perguntou sobre incluir a atividade da Maricultura nos estudos científicos. Diego Hernandez (DLNFF) responde que uma nova UC de proteção integral não impede trabalhar com pesquisas sobre Maricultura e destaca que o Plano de Manejo da APAMLN, o ordenamento da ilha das Couves e a proteção ao entorno marinho do PEIA coroadam uma agenda para Ubatuba. Jerri Morais (Colônia de Pescadores Z-10) se preocupa com a criação de uma UC de proteção integral porque os pescadores trabalham perto delas, passam cerca de 500 embarcações pela Ilha Anchieta e pode haver entendimento diferente pela Polícia Ambiental; lembra que a Laje de Santos era área de pesca e que a APAMLN quando foi criada veio de cima para baixo sem conversa alguma, mas houve resistência dos pescadores; questiona que enquanto falam sobre conservação, abrem a Ilha Anchieta para fazer resort, fala que há comunidades que usam a Ilha Anchieta e que no passado os pescadores iam para lá todo final de ano com a família, levavam o lixo de volta, mas após tantas restrições, se afastaram, e aponta que na Ilha das Couves é a mesma coisa; entende a necessidade de não acabar com os ambientes, diz que os pescadores estão com o diálogo aberto e vão acompanhar esse processo, e adverte que se houver prejuízo para os pescadores vai haver tomada de atitude. Priscila Saviolo (gestora PEIA) considera muito válido acompanhar e ter um empenho para não prejudicar o setor de pesca. Diego Hernandez (DLNFF) afirma que há atenção ao setor pesqueiro e que não se pretende retroceder com o que já se comprometeu e fala que ato tendente e salvaguarda em navegação são regidos por regramentos maiores e que o entorno do PEIA vai continuar servindo como abrigo para embarcações; explica que o projeto de permissão de uso do PEIA é levado de forma que não haja perspectiva alguma de construir qualquer outro empreendimento hoteleiro e que o arranjo econômico é altamente sustentável e pode ser benéfico para o desenvolvimento socioambiental do município, e arremata dizendo que esse ponto é inquestionável para a FF. Priscila Saviolo (gestora PEIA) anota a sugestão feita por Leandro Ramalho (AUMAR) no chat sobre fazer reunião com a AUMAR para

explicar o projeto, cita a necessidade de marcar reunião com a ATNU e ANUBA, que utilizam o entorno do PEIA fazem parte do CC-PEIA, lembra que houve reunião com representantes da Prefeitura e acredita que Márcio dos Santos (gestor APAMLN) pode fazer a ponte para os conselheiros da APAMLN que queiram conversar dentro do tempo disponível. Marcio dos Santos (gestor APAMLN) lembra que a UC marinha terá um Plano de Manejo que, se houver interesse, pode potencializar a pesquisa sobre Maricultura no Litoral Norte; considera importante não retroceder em instrumentos já pactuados e que o Plano de Manejo da APAMLN veio após longo processo participativo e visa à preservação, mas resguarda a utilização dos territórios por comunidades tradicionais, pescadores artesanais e usos sustentáveis; ressalta que é preciso garantir a passagem dentro da nova UC, que é preciso contemplar o ato tendente porque traz segurança e uma possibilidade de interpretação pelo agente de fiscalização em campo, e que as UC são criadas contendo rodovias e ciclovias e o transporte por essas vias permanece. Priscila Saviolo (gestora PEIA) recorda que as colocações feitas por Jerri Moraes (Colônia de Pescadores Z-10), Márcio dos Santos (APAMLN) e Diego Hernandez (DLNFF) já haviam sido feitas mais de uma vez, o que contribui para que não se cometa erro nesse sentido e agradece aos envolvidos na elaboração do relatório técnico em nome de Vinicius Giglio (pesquisador) e Mônica Petti (IOUSP); informa que em julho/2021 virão 8 voluntários ao PEIA para atuar no tema fauna introduzida, com reaplicação do censo feito em 2017 e 2018, acrescenta sobre o censo que se discute realizá-lo duas vezes por ano com coleta de dados por meio do Ciência Cidadã e com análise no laboratório do professor Mauro Galetti (UNESP), e que haverá o encontro entre voluntários, alunos e ex-alunos do professor Mauro Galetti (UNESP), FF e interessados para discutir o tema e os dados das coletas até 2017 e 2018; comenta que o projeto de permissão de uso teve mais escutas de mercado, reuniões, conversas internas e readaptação da modelagem econômico-financeira, a serem informadas ao CC-PEIA; convida a todos para assistir dois programas no canal da FF no Youtube da FF, um que apresenta a Ciência Cidadã e mostra projetos com essa metodologia relacionados ao PEIA, e outro que fala sobre o Programa de Pesquisa, com a participação de Camila Mota (UFVJM), que fez um estudo sobre a calunga, e Heloiza Dezen-Kempter (Unicamp), que apresentou ao CC-PEIA o convênio FAPESP-FF; agradece pelas presenças e encerra a reunião.

II REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PEIA AGOSTO 2021

entra no informe sobre o projeto de criação da nova UC marinha no entorno do PEIA contando que em junho/2021 houve conversa com SMMA e Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, além de reuniões com CC-PEIA e Colônia de Pescadores Z-10, em julho/2021 teve reuniões com o setor de pesca no Píer Saco da Ribeira e na Barra dos Pescadores, com a presença da APAMLN, além de reunião presencial com ATNU e reuniões virtuais com AARCCA e ANUBA, em agosto/2021 há reunião virtual prevista com CMMA e Conselho Municipal de Turismo e outra com ICMBIO

para discutir a sobreposição das unidades, e reunião presencial com operadores de charter, com a Associação de Turismo Náutico do Itaguá e possivelmente com o setor de pesca novamente, e previsão da audiência pública no fim do mês, e reforça que está à disposição para realizar mais reuniões. Luciana Dorta (AARCCA) manifesta interesse da AARCA em participar da reunião com o setor de pesca porque estão envolvidos, mesmo que sejam instituições diferentes. Priscila Saviolo (gestora PEIA) explica que geralmente a articulação com o setor de pesca é feita com Jerri Moraes (Colônia de Pescadores Z-10) e que pode passar para ele fazer contato com a AARCCA, e lembra que a AARCCA também pode solicitar nova reunião. Rodrigo Levkovicz (DE-FF) explica que o grande objetivo é olhar para o oceano e as oportunidades de geração de riqueza com essa marca, dentro da Década dos Oceanos; explana que a criação de uma UC vem com mecanismos econômicos de apoio para as atividades realizadas, como os pagamentos por serviços ambientais (PSA) e outras práticas ambientais sustentáveis, que considera o futuro da gestão das UC, e que já são realidade em algumas UC e para proprietários rurais no entorno delas, além de estarem sendo finalizados PSA para produtores de juçara e para pescadores artesanais retirarem lixo do mares; destaca a importância da comunicação para ter uma projeção internacional, considerando que as baleias e as toninhas estão retornando ao litoral paulista que o entorno marinho do PEIA é um importante ponto de renovação dos estoques pesqueiros, e que há condições para levar isso para o mundo e ter pagamento em dólar; pontua que hoje não há mecanismo de injetar recurso, mas que o parque marinho facilita obter recurso para ações como controle do coral sol, capacitação de pessoas e fiscalização junto com Marinha e Polícia Militar Ambiental, sem produzir novas restrições além das já existentes; reconhece que há temores por parte das pessoas, mas lembra que quando teve o projeto que criou o MONA da Mantiqueira houve discussão com a sociedade e as atividades já executadas continuaram a acontecer conforme decreto, e as pessoas se sentiram seguras; finaliza dizendo para que as pessoas tragam suas preocupações para que elas sejam superadas e para todos pensarem na oportunidade de ter o Estado como parceiro financiando atividades importantes e sustentáveis.

Vai ser aberta a audiência pública sobre a criação da nova UC marinha no entorno do PEIA. Leandro Caetano (GLN-FF) ressalta a necessidade de movimentar mais pessoas para alcançar um número maior de interessados em Ubatuba que se enquadrem dentro dos critérios para que sejam contempladas, porque o Estado tem um limite até onde pode ir; recorda que houve questionamentos sobre o obstáculo de fazer associação com alguém que não se conhece para fazer consórcio e que esse momento foi superado; e fala que a possibilidade de outorga revertida em serviços melhora a possibilidade de um concorrente local participar. Diego Hernandez (DLN-FF) acredita que a solidez do processo está em trazer e retornar diversas vezes e estar aberto a contribuições para tornar o modelo atraente e benéfico para o PEIA; aponta que com um único contrato de permissão a gestão fica mais simples, mas que a mudança para dois contratos foi feita, embora dê mais trabalho, para dar mais qualidade ao serviço; e assinala que mesmo fora das

reuniões do CC-PEIA as pessoas podem procurar a FF para fazer apontamentos. Helena Sanchez (AARCCA) manifesta interesse em pontuar à FF o que será destinado às comunidades tradicionais. Leandro Caetano (GLN-FF) afirma que a FF está aberta e que se dispõe a discutir. Priscila Saviolo (gestora PEIA) agradece pelas presenças e pelas colocações e encerra a reunião.

ATA IV REUNIÃO ORDINÁRIA 2021

Priscila Saviolo (gestora PEIA) discorreu sobre o PEMTP, em que a FF entendeu ser necessário fazer um material educacional e uma nova metodologia para voltar ao território, mobilizar pessoas e ampliar o conhecimento sobre o PEMTP. Tiago Leite (Profauna) comentou que estuda a interação das toninhas com as artes de pesca, principalmente artesanais, e que tem percebido que a falta de diálogo e transparência da FF quanto ao PEMTP está incomodando a comunidade pesqueira; disse que tenta participar das reuniões para poder comunicar aos pescadores, porque se fala que o parque vai ser criado por causa da toninha ou da tartaruga e isso prejudica o trabalho de pesquisadores, ativistas e profissionais da área, que são vistos como responsáveis pela criação do novo parque, e enfatizou a importância do diálogo contínuo com pescadores, colônias e comunidades sobre o PEMTP. Priscila Saviolo (gestora PEIA) explicou que não há pretensão de sobrepor o PEMTP com áreas onde a pesca é liberada e que o diálogo tem que ir para além do momento de criação do PEMTP. Vinicius Giglio (UNIRIO) perguntou sobre sintetizar o relatório técnico para pessoas que não dispõem de tempo para olhá-lo integralmente. Priscila Saviolo (gestora PEIA) respondeu que a criação de uma UC exige um relatório bastante técnico, mas que se prepara um material, não necessariamente uma síntese, para explicar em outra linguagem ao público em geral o que é o PEMTP, onde será sua área, o que é APA, zona de amortecimento, ato tendente e outros pontos que não necessariamente estão entendidos. Geraldo Ottoni (ICMBIO) apontou que a comunidade caiçara é muito grande e espalhada e para explicar a ela é preciso um trabalho da FF e dos representantes dos pescadores que participaram das reuniões, que se não entenderam a proposta, deveriam ter buscado entender; comentou que o relatório é bastante técnico e não traz informação sobre aumentar a área de exclusão de pesca ou alterar a vida dos pescadores, mas visa consolidar uma área já preservada e afirmou que quem leu o relatório com isenção política viu que está tudo certo; salientou que é preciso dar um voto de confiança porque o projeto é analisado técnica e logicamente e porque a FF falou que ia ser feito de forma participativa e assim está sendo feito, com o precedente de explicar melhor o projeto para atingir mais pessoas; falou que no início, talvez por falta de entendimento, os pescadores eram contra a criação da APAMLN, mas depois que entenderam e começaram a participar, ficaram a favor e viram que a APAMLN trouxe uma gestão compartilhada muito efetiva, tanto que na audiência pública foi apontada a preocupação quanto ao Plano de Manejo da APAMLN estar parado, e pontuou que a mesma coisa vai acontecer com o PEMTP; assinalou que no passado o PEIA foi

criado de cima para baixo, mas era o período militar, enquanto que agora o momento é outro e os gestores se preocupam em trabalhar corretamente; apontou que não se pode ser contra tudo porque isso pode trazer problemas, mas que a preocupação das pessoas precisa acontecer, porque senão as decisões são tomadas lá em cima e quem sofre a consequência é o povo; citou o risco de politização desse processo porque em 2022 tem eleição e há pessoas que querem espalhar com boatos para tirar a tranquilidade das comunidades e gerar pressão contrária. Jerri Morais (Colônia Z-10) disse que os pescadores sempre se preocupam ao se falar em área de preservação e apontou o momento difícil da pesca, com recadastramento de pescadores, perda de direitos e com as confederações entrando com ação contra o Governo Federal; ressaltou que comunidades e organizações devem ficar atentas e conversar juntas porque a política é complicada e a máquina pública funciona quando é usada contra as pessoas; explicou que não é que as pessoas sejam contra a APAMLN, mesmo podendo ter sido no começo, mas ela foi instituída e não adianta ficar fora dela. José Henrique (Fundação Pró-Tamar) mencionou que se não estiver vinculado no decreto que a área do PEMTP é a da zona de interdição de pesca, a posteriori pode haver alguma mudança quanto à forma de pescar na zona de amortecimento, o que vai se chocar com a fala de que não vai prejudicar a pesca, e advertiu que a zona de amortecimento é um ponto crucial que precisa ser explicado de forma muito transparente. Priscila Saviolo (gestora PEIA) disse que no decreto de criação vai constar que as regras da zona de amortecimento do PEMTP serão estabelecidas e discutidas no âmbito da APAMLN. Antônio Carlos (SMMA) considerou legítima a preocupação de pescadores e comunidades tradicionais, mas pontuou que as coisas não são feitas para prejudicá-los, porque os projetos não são feitos de cima para baixo, ao contrário do passado, e sempre é solicitada a participação das comunidades, cujos representantes devem ficar atentos às explicações para divulgar corretamente e evitar alarmismo. Tiago Leite (Profauna) perguntou se a área de amortecimento do PEMTP será estabelecida pela APAMLN. Priscila Saviolo (gestora PEIA) respondeu que os limites são estabelecidos pelo PEMTP, não necessariamente no momento de criação e, quanto às regras que causam o receio apresentado pelos pescadores, a ideia é que seja estabelecido pela APAMLN, e acrescentou que após a aprovação do Plano de Manejo, em primeiro momento valerão as regras existentes, e depois as futuras revisões, sempre atrelado ao Conselho da APAMLN. Marcita Venturi (instituto da Árvore) perguntou no chat: “No site podemos encontrar como será o sistema de tratamento das águas fecais no PEIA com esse projeto?”. Priscila Saviolo (gestora PEIA) respondeu que a parte de água e saneamento teve uma revitalização recente, mas não sabe se isso está descrito no edital ou anexos, mas informou que as dúvidas podem ser encaminhadas por e-mail e que os materiais existentes sobre o sistema podem ser enviados. Marcela Pedro (Monitora do PEIA) explicou que o passivo do tratamento de efluentes e água era apontado desde 2011 e foi sanado com duas estações de tratamento compactas projetadas frente à capacidade de carga do PEIA, uma na antiga Casa do Diretor e outra para as demais edificações, e falou que tais

informações foram compartilhadas frente à Câmara de Compensação Ambiental, estão no site da FF e podem ser disponibilizadas através de solicitação por e-mail. Priscila Saviolo (gestora PEIA) informou que as ações da FF em SP foram divulgadas em 08/10/2021 no Relatório de Gestão 2020/2021, que pode ser baixado; informou que Ana Carolina e Paulo Poletti (monitores autônomos) participaram da reunião e a AUMAR.